Imprensa, poder e censura na história do jornalismo brasileiro – um século de mandos e desmandos [1]

Marta E. G. SCHERER[2]
Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC
Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, AM

Resumo
Esta comunicação apresenta um panorama da relação entre censura, jornalismo e autoridade durante a instalação e consolidação da imprensa brasileira. Compreender as estratégias de manutenção do poder com fins de cerceamento da liberdade de expressão é objetivo deste artigo, que percorre a história da imprensa através das práticas de censura as quais os jornais são recorrentemente submetidos. Pesquisar como se davam as relações entre governos e censura dentro dos meios impressos, em seus primeiros cem anos, ajuda e entender como a própria imprensa se constituiu, ao passo que nos permite compreender desde outro prisma a história do Brasil. De 1808 a 1908 são cem anos nos quais a imprensa se estabelece, cria laços, forma jornalistas e, passo a passo, constrói sua identidade e a do país.

Palavras-chave
História do jornalismo; imprensa; censura; império; república

Cem anos de censuras e liberdades

A história da imprensa no Brasil foi marcada por contradições entre dispositivos reguladores da censura e da liberdade de expressão. Os jornais, que cresceram junto com a nação brasileira, sempre tiveram o desafio de conciliar a garantia de ampla liberdade de imprensa com a responsabilidade no exercício de informar. A censura foi aspecto determinante na introdução da própria imprensa no país, como aponta Antonio Hohlfeldt (2008, p.12), sendo responsável pelo atraso da implementação do jornalismo no Brasil e o

[1] Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutora e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, Marta Eymael Garcia Scherer é jornalista formada também pela federal catarinense, onde participa do Núcleo de Estudos Literários e Culturais. É pesquisadora do grupo de pesquisa CNPq "A crônica brasileira: dilemas, paradoxos e soluções de um gênero moderno", vinculado à Universidade Federal do Amazonas. Em suas atividades profissionais tem experiência de 10 anos em docência, assim como em jornalismo impresso e assessoria de imprensa. Pesquisa sobre Jornalismo e Literatura, com ênfase em História da Imprensa, História do Texto e Crônica. Email: martascherer@gmail.com

acompanhando em seu desenvolvimento. Afinal, se “"um jornal pode despejar o mesmo pensamento em mil cabeças num só momento", como afirmou Tocqueville (apud PULITZER, 2009. p.52), sua influência é por demais relevante para não ser controlada ou, pelo menos, observada. “Com o advento do jornal”, explicita Pulitzer (Ibidem) “um novo poder começou a ser percebido pelo mundo, o 'mais poderosos jamais visto para criar, desenvolver e direcionar todas as forças modernas - a opinião púbica majoritária”.

Ciente de tal importância é que este estudo tem como objetivo percorrer a história da imprensa através das práticas de censura as quais os jornais são recorrentemente submetidos. Parte de uma pesquisa maior a ser desenvolvida, neste recorte foi priorizado um percurso metodológico delineado, envolvendo bibliografia especializada. Os estudos, ainda incipientes, serão posteriormente realizados com consultas aos principais acervos de periódicos do Brasil, como os da Biblioteca Nacional e os da Fundação Casa de Rui Barbosa. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, desenvolvida através das técnicas de revisão bibliográfica e de análise de conteúdo, ainda não totalmente desenvolvida.

A pesquisa insere-se na linha de estudos sobre a história do jornalismo que busca utilizar uma metodologia própria, ainda que multidisciplinar, para refletir sobre as questões que permeiam as razões, as causas e os porquês do fazer jornalístico ao longo de seu desenvolvimento. Pelo esforço e mérito de todos que trabalham na área, “os estudos de caráter histórico, que são uma constante no corpo de pesquisa em jornalismo, institucionalizam-se” (STRELOW, 2010, p.40), com o que o campo de saber se fortalece cada vez mais, procurando destacar “a dimensão histórica de um mundo pleno de significados, no qual se localizam os meios de comunicação” (BARBOSA, 2007, p.13). É este mundo que esta pesquisa explora, com vistas a contribuir para os estudos em história de jornalismo, na ampliação de sua área de atuação e saberes.

Para LAGE (2001), a história do jornalismo brasileiro pode ser dividida em quatro períodos distintos, sendo que os três primeiros, que abarcam do Primeiro Reinado e Regências, passando pelo Segundo Reinado e chega à República Velha, serão aqui contemplados de forma ampla, mas nem por isso menos importante, com objetivo de dar uma visão geral das práticas de censura neste período. De 1808 a 1908 são cem anos nos quais a imprensa se

estabelece, cria laços, forma jornalistas e, passo a passo, constrói sua identidade e a do país. Entretanto, o próprio Nilson Lage (Ibidem, p.42) nos alerta de que esse tipo de divisão deve ser entendido em termos muito gerais, pois em cada época o jornalismo se apresenta com muitas faces. É fundamental, pois, "pensar socialmente os atos jornalísticos", para com eles "reconstruir, interpretar, dar um sentido presumido a essas questões numa dimensão espaço-temporal" (BARBOSA; RIBEIRO, 2005, p. 8).

Procura-se neste artigo, através do cotejamento das obras listadas, compreender as estratégias de manutenção do poder às quais frequentemente as autoridades lançam uso com vistas ao cerceamento da liberdade de expressão. O período delimitado é o dos primeiros cem anos em que o jornalismo oficialmente se desenvolveu em solo brasileiro, época na qual os meios impressos reinavam absolutos. Ainda que o recorte temporal de um século seja por demais abrangente, fez-se necessário neste momento compor um quadro de episódios pontuais importantes para entender de forma ampla como a liberdade de expressão foi sendo (des)construída. A proposta, então, é de aqui apresentar um panorama dos mandos e desmandos do governo e poderosos no primeiro século da imprensa nacional.

"Império da palavra impressa"

Estabelecida oficialmente no país junto com a família real, a imprensa chega aos trópicos tão perdida quanto a comitiva chefiada por Dom João VI que, ao fugir do exército de Napoleão, traz ao Brasil muito mais do que sua presença real. Ainda que se tenham registros de textos de autores brasileiros antes mesmo de 1808, a data é um marco a partir do qual se estuda a imprensa em solo nacional, fechando em 1908 o importante primeiro centenário da imprensa nacional. Antes de 1808, toda e qualquer atividade gráfica era proibida nesta terra brasileira, assim como o ensino superior, o que deixava a colônia portuguesa bastante atrasada em relação às suas vizinhas espanholas (LAGE, 2001, p.42).

A importância dos periódicos se dá deste o momento que se estabelecem no país, lugar onde já encontram uma base para seu desenvolvimento. Inserida numa complexa conjuntura social, "a primeira geração da imprensa periódica produzida no Brasil não surge no vazio,

numa espécie de gestação espontânea ou extemporânea, mas baseada em experiências perceptíveis"(MARTINS; LUCA, 2008, p.27), pois era fruto do conhecimento português e da própria visão dos brasileiros ilustrados que a conheciam em suas viagens à Europa. É sabido, ainda, que periódicos como a *Gazeta de Lisboa* circulavam no próprio Rio de Janeiro desde meados do século XVIII, o que também contribuiu para a formação da imprensa local. Desde seu início, a circulação da palavra impressa ultrapassava as fronteiras sociais, apesar do grande contingente de analfabetos e do consequente monopólio da informação por parte do restrito círculo de letrados existente durante todo período imperial. Aos poucos, a introdução das artes gráficas torna-se uma constante e corrobora para a disseminação de grande número de periódicos que eram avidamente consumidos pela população.

Desde o *Correio Braziliense*, considerado nosso primeiro periódico e que, apesar de publicado em 1808 é, paradoxalmente, impresso em Londres por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, até a Independência do Brasil, algumas experiências impressas foram realizadas em solo brasileiro. Entre elas, destaca-se a pioneira *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota, jornal litterário, político, mercantil, &c,* e o baiano *A Idade d'Ouro do Brazil*. Esses títulos preparam uma incipiente opinião pública, que tem nos anos de 1820 a 1822 seu amadurecimento. Com o fim da censura prévia, medida tomada por decreto pela Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa, em 21 de setembro de 1820, D.João VI vê-se obrigado a tomar a mesma atitude: em março de 1921 suspense provisoriamente a censura também no Brasil. O ato abre o país para a liberdade de imprensa e o conseqüente surgimento de novos títulos. É assim que o *Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata, publica em 1823:

> Toda e qualquer Sociedade, onde houver imprensa livre, está em liberdade; que esse povo vive feliz e deve ter aumento, alegria, segurança e fortuna; se, pelo contrário, aquela Sociedade ou Povo, que tiver a imprensa cortada pela censura prévia, presa e sem liberdade, seja debaixo de que pretexto for, é povo escravo, que pouco a pouco há de ser desgraçado até se reduzir ao mais brutal cativeiro (BARATA apud MARTINS; LUCA, 2008, p.35)

É amplamente sabido, entretanto, que a proclamada liberdade de imprensa é tema controverso mesmo anos depois de seu propalado início. A interferência dos governantes, de modo mais ou menos direto, é uma constante na nossa história e assim o era também

durante o Império. Nos anos imediatamente anteriores e subsequentes ao grito de "independência ou morte", foram muitos e variados os impressos que circularam, a maioria em tom panfletário e muitos mesmo com apenas uma edição. Data desta mesma época o aparecimentos de jornais nas províncias, mostrando a proporção que a imprensa havia tomado em pouco mais de uma década.

Certamente consciente do poder da palavra escrita, D. Pedro I tomou para si, para além da tarefa de controlar o que era dito, a própria redação de textos, na maioria das vezes sob uso de pseudônimos, como convém a um bom panfletário. Como provou o historiador Hélio Vianna (1967) no livro *Dom Pedro I, Jornalista,* o monarca foi um escritor voraz, que sem dó nem piedade atacava seus desafetos de modo direto, cáustico e irreverente, tornando-se um exemplo paradigmático de influência direta de um governante na imprensa de seu país. Com sua abdicação ao trono, dá-se uma explosão de publicações, na sua maioria pequenos panfletos, que se mantém durante toda Regência, acompanhando os primeiros passos da construção do estado nacional.

Com a restauração do poder na figura de um monarca, ocorrida por ocasião da antecipação da maioridade e coroação de D.Pedro II, inicia-se uma nova fase da imprensa periódica. Ao passo que o número de títulos diminui, outros se estabelecem e atravessam o século XIX, tendo como missão formar o desejado cenário civilizatório do Império, tornando-se mesmo símbolo de uma época. Como afirma Martins e Luca (2008, p.57), "à sombra do café e com a palavra liberada, tinha início o nosso Segundo 'Império', que foi o Império do café, mas não só. Iniciava-se também o Império da palavra impressa". Império esse que tem como figura central um monarca tolerante para com a imprensa, mesmo quando lhe atacava ferozmente, não obstante o caráter centralizador de seu governo.

"A imprensa se combate com a imprensa". A frase de D. Pedro II (apud CARVALHO, 2007, p.86) revela e condensa em sete palavras como jornais e jornalistas eram percebidos nos tempos de seu Império. Ao construir a unidade nacional ao longo dos 49 anos de seu governo, D.Pedro II também consolida a imprensa brasileira. Do menino que assume ao ancião que é deposto pela República, constitui-se um estadista que entende que sua postura determina os rumos do país em diversas facetas, inclusive a intelectual, a que mais prezava. Membro e entusiasta do Instituto Histórico Nacional, em cujas sessões comparecia com

mais frequência do que nas dos Conselhos, acompanhava de perto a movimentação dos jornais. Só não se sabe o quão próximo era esse olhar. Mas é certo que "o imperador do Brasil vai sendo construído segundo os protocolos dos monarcas modernos: aqueles que abriram mão do uso da espada em prol da força da pena" (GUIMARÃES, 2005, p.25).

A relação do imperador coma letra impressa era estreita. Considerava os jornais como importante fonte de informação para seu governo, chegava a pedir que osse feito um resumo das notícias publicadas, uma espécie de precursor do atual "clipping" realizado pelas assessorias de imprensa. Marcava os assuntos que o interessava e indagava sobre os mesmos para seus subordinados, que nem sempre estavam ao par dos acontecimentos, o que gerava desconforto. Quanto ao costume de comprar jornalistas, José Murilo de Carvalho (2007) afirma que o imperador era contrário, mas que seus ministros faziam uso da prática. Segundo o historiador, o que D.PedroII queria mesmo era a criação de um jornal oficial, no que nunca foi atendido. O papel da imprensa nunca passou desapercebido pela imperador e era tratado como questão de estado, como pode-se perceber neste trecho de seu diário de dezembro de 1861:

> A nossa principal necessidade política é a liberdade de eleição; sem esta e a de imprensa não há sistema constitucional na realidade, e o ministério que transgride ou consente na transgressão deste princípio é o maior inimigo do Estado e da monarquia. Minhas ideias a respeito das eleições e da imprensa do governo acham-se num papel que tem o Presidente do Conselho.
> Leio constantemente todos os periódicos da Corte e das províncias os que, pelos extratos que deles se fazem, me parecem os mais interessantes. A tribuna e a imprensa são os melhores informantes de um monarca.(apud CARVALHO, 2007, p.81)

É este o monarca que afirma que "A imprensa é inteiramente livre, como julgo deve ser" (ibidem, p.85), mas que teve forte influência sobre os homens que faziam os jornais de seu Império, que estimula a indagar qual seria o papel efetivo do imperador, que usava e abusava do seu papel de mecenas, na vida de imprensa de seu reinado. De certo, não era o de coadjuvante. Como deixou relato o francês Max Leclerc,

> A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em

> suma, e antes de tudo, como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública. Tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso *Fígaro*, ou se mostram imparciais até a impassibilidade. Em torno deles a multidão multicor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível.(LECLERC, 1942, pp.161-162)

A imprensa nacional, construída nos tempos imperiais e desde sempre dividida entre os que apoiavam monarquia ou república, teve forte participação no movimento que culminou com o fim do Império. Muitos foram os jornais que apoiavam a entrada do novo regime, enquanto vozes da resistência também eram ouvidas. Vieram da Europa também protestos impressos, como o *Manifesto do Brasil*, publicado pelo ex-ministro Ouro Preto no lisboeta *Jornal do Comércio* e os artigos de Eduardo Prado que saíram na *Revista de Portugal*. Ainda que nunca tenha estimulado a luta pelo restabelecimento forçado da Monarquia – por temer uma guerra civil ou por desejar ser reintegrado pela força do povo - D.Pedro II também utilizou a imprensa para expor suas ideias abertamente. Em 28 de maio de 1891, poucos meses antes de falecer no exílio parisiense, publicou no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro sua *Fé de Ofício,* testamento político e documento no qual declara seus sentimentos e faz retrospecto de sua atuação como governante.

Intelectuais ligados à monarquia escreveram manifestos, panfletos, ensaios, romances, relatos historiográficos e autobiográficos de reação à República nascente. Nomes como os de Joaquim Nabuco, Rodolfo Dantas, Afonso Taunay, Cristiano Ottoni, Afonso Celso, Eduardo Prado e Barão de Loreto formavam um grupo que, através da pena, tentaram defender o antigo regime, contraponto Império e República. Quando o novo regime se instala, alguns desses intelectuais partem para batalha armados de papel e pena, mas são reprimidos. O desempenho efetivo dessa resistência impressa, entretanto, ainda encontra lacunas que merecem ser analisadas com mais atenção.

“Pelas janelas do jornal, atiramos à rua as nossas idéias”

Nos primeiro momento do novo regime pouco mudou no imediato desenvolvimento da imprensa. Como afirma Nelson Weneck Sodré (1976, p. 287)) no antológico *História da imprensa no Brasil*, "os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e força os republicanos, com mais combatividade, os monarquistas. Como exemplo de periódico monarquista deste período, podemos citar a *Tribuna Liberal,* de propriedade do Visconde de Ouro Preto, mas dirigida por Carlos Laet, que fazia oposição aberta ao governo provisório de Deodoro da Fonseca.

Com a chegada da República, a liberdade experimentada por jornais e jornalistas chega ao fim. Acostumados com a tolerância do imperador, que era até chamado de "Pedro Banana" pelos caricaturistas, os homens de imprensa encontraram-se com nova e dura realidade. A partir da ascensão de Floriano Peixoto ao poder, em novembro de 1891, inicia-se no país uma era de cerceamentos e empastelamentos. Apesar de manifestações contrárias da própria imprensa republicana, o que demonstra que já se podia falar de uma organização de classe, as perseguições aos jornalistas identificados com o antigo regime foi contundente. De quase nada adiantou a Revista Ilustrada, notadamente uma apoiadora da República, publicar que "jamais nos passou pela ideia que este fato tão mesquinho, tão repugnante, tivesse lugar sob o regime de todas as liberdades concedidas pela lei" (ibidem, pp. 292-293), ao se referir ao fechamento de jornais em 1892.

Não que durante o período imperial não houvesse leis e ações que inibissem a atuação da imprensa, pois vale lembrar que, junto com a instalação da Imprensa Régia, chega aos trópicos a prática da censura. Os impressos publicados nos territórios pertencentes à coroa portuguesa tinham o dever de tudo submeter à censura prévia exercida pelo poder civil e eclesial, através do Ordinário e Desembargo do Paço e do Santo Oficio. Os censores régios só perderam sua função de ler de antemão tudo que seria publicado em 1821, quando um decreto imperial aboliu a prática, ao passo que responsabilizava os autores. Nova legislação surgiu em 1830 e perdurou até 1890, com substancial aumento das penas e multas em casos de calúnia, injúrias, ofensas à moral pública e ou mesmo zombarias contra a religião ou o Império. Mas, mesmo assim, sob o comando de D.Pedro II "todos pensávamos como queríamos e dizíamos o que pensávamos", como afirmou o republicano e crítico literário José Veríssimo (apud CARVALHO, 2007, p. 244), ao lembrar a dívida do país para com o imperador no que tangia à "liberdade que proporcionara às atividades do espírito".

Com o advento da República houve sério retrocesso à liberdade de imprensa, como o retorno da censura prévia. O fervoroso monarquista Eduardo Prado, sob o pseudônimo de *Frederico de S*, denunciava as práticas da ditadura militar republicana, que, segundo ele, se opunham ao perfil liberal do Império, lamentando que a República tivesse destruído em dois meses o que o Império garantira e sustentara por 60 anos: a liberdade de imprensa. Dessa forma, passou-se de uma imprensa livre da censura direta, na época do Império, para uma imprensa de censura oficializada. De um posicionamento ostensivo a "conluios de redatores a serviço do poder"(MARTINS,2001, p. 133).

De fato, pouco mais de um mês após a proclamação do esperado regime republicano, que deveria ser o redentor dos problemas nacionais, era publicado aquele que não por acaso ficou conhecido como "Decreto-Rolha". Promulgado em 23 de dezembro de 1889, determinava que os indivíduos que conspirassem contra a República e o seu governo, incitando por palavras, escritos ou atos a revolta civil ou a indisciplina militar, fossem julgados militarmente por uma comissão nomeada pelo ministro da Guerra. Escreveu Olavo Bilac sobre o episódio:

> Glorifiquemos a rolha....Ah! Nem nós sabemos o que perdemos, quando, pelas janelas do jornal, atiramos à rua as nossas idéias, às mãos cheias, sem conta nem medida...depois falamos tanto, que não temos tempo para ouvir nem pensar. E há períodos históricos terríveis, durante os quais ouvir é melhor do que falar. (...) Glorifiquemos esta rolha que nos sufoca o papaguear inútil, e nos obriga a recolher cautelosamente dentro do ouvido e da alma a voz sábia dos canhões, pontuando de balas e de sustos este período de nossa vida. (BILAC apud SCHERER, 2008, p. 214)

Em março do ano seguinte, novo texto legal dispôs sobre o tema, claramente objetivando atingir os veículos de comunicação no que diz respeito à publicação de informações sobre o Governo e seus atos. Através dos decretos, o Governo Provisório garantiu o silêncio da imprensa, mesmo sem instituir formalmente a censura – mas tampouco admitindo críticas -, marcando o primeiro ano da República brasileira com cerceamentos ao direito de informação. Os textos legais tiveram vigência durante quase um ano, sendo revogados em 22 de novembro de 1890, quando já estava em vigor, desde 11 de outubro, o novo Código

Penal, que previa delitos de imprensa e suas respectivas punições, com a diferença de que eram agora julgados nos Estados da União.[3]

A atribulada vida de imprensa em sua época fez Bilac escrever trechos irônicos como este: "A imprensa tem a necessidade de ser de quando em quando sufocada. Esses períodos de asfixia servem para lhe dar um repouso forçado: e durante esse reforço ela se fortalece, restaura a força esbanjada nas orgias da liberdade", (BILAC apud SCHERER, 2008, p. 181) . O texto referia-se a Floriano Peixoto, que ao perseguir e censurar os homens de letras, "pontuando de balas e de sustos este período de nossa vida", chegou mesmo a dissolver toda uma geração de jornalistas e escritores, que ao voltar à ativa já estava bastante modificada.

Muitos anos depois, já vivendo todo o clima de *Belle Époque* que a virada de século trouxera ao país, Olavo Bilac não se esquecia dos anos de chumbo e comentou sobre a relação do poder com os jornais nos primeiros anos republicanos. Ao virem à luz atas do governo provisório, o cronista afirmou ter se deliciado ao saber que a imprensa tanto irritara Deodoro da Fonseca e seus seguidores:

> Como jornalista, e principalmente como cronista compassivo e irônico das belezas e das tolices da vida humana, especialmente me deliciei lendo estas Atas, com dois aspectos da fisionomia moral do governo provisório. Em primeiro lugar, a preocupação constante, - de cólera e irritação, - que a imprensa diária causava aos promotores da revolução triunfante....Aquela revolução, nascida nas entranhas e criada nos peitos da imprensa, aproveitou logo os primeiros dentes para morder o seio que a amamentava, e serviu-se logo da primeira força muscular para esmurrar o ventre do qual saíra. Aquele governo, filho da imprensa, tinha uma idéia fixa: matar, ou ao menos, amordaçar a imprensa. (BILAC apud DIMAS, 2006, p. 859).

Ao longo da história, abundam exemplos de arbitrariedades que foram – e o são - realizadas contra jornais e jornalistas. Outro caso que marcou a história da imprensa brasileira nos anos de Bilac foi a acusação da direção do *Jornal do Brasil* ao então ministro Epitácio

[3] Em Pernambuco, por exemplo, não só se proibiam pseudônimos e anonimatos como foram criados "graus maiores e menores de penalidade, que variam conforme a importância, a prosperidade, a fortuna das empresas que se tornam rés do crime de abuso da imprensa". Por uma dessas peças do destino, o governante Pernambuco é o tio de quem o emblemático jornalista Barbosa Lima Sobrinho herdou o nome. Em material autobibliográfico sobre o ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa, um dos jornalistas mais atuantes do século XX, não foi encontrada nenhuma menção ao fato de seu tio ter sido acusado de coibir a imprensa pernambucana.

Pessoa, durante o governo Campos Salles, de ter mandado assassinar o repórter Gustavo de Lacerda por causa das denúncias do jornalista durante uma greve (SODRÉ**,** 1976, p. 310). Alguns anos após veio Prudente de Morais, que decretou estado de sítio, prendeu seus opositores, fechou jornais e acabou com qualquer manifestação política. Sob essa situação, escreveu Olavo Bilac, na conceituada *Gazeta de Notícias,* uma crônica em que ironia e ataques diretos a práticas censórias andam de par*:*

> E aqui tens tu, meu pobre amigo, a que está reduzida a liberdade de imprensa, ou antes, a que reduziu a liberdade de imprensa este governo, que se serve da força pública para cevar os seus ódios, este governo nefasto e negregado. (...) hás de dizer-me se é possível exercer o nobre sacerdócio da imprensa quando se está tão ferozmente ameaçado por uma polícia sem escrúpulos, mantida por um governo tirano, ditador, caluniador e infame(...) Neste momento sou intimado a não escrever mais. Estou coato. (BILAC apud DIMAS, 2006, p. 280).

Considerações finais

Ainda que desde a primeira constituição republicana, promulgada em fevereiro de 1891, a liberdade de imprensa estivesse supostamente garantida, períodos como os descritos por Olavo Bilac foram correntes na história da imprensa brasileira. de forma mais clara ou mais velada, seja em tempos de Rebúplica ou de Monarquia. Mais do que o regime em voga, são as circunstâncias políticas e sociais que determinam o quão livre jornais e jornalistas podem ser. E, para além da cerceamento explícito do governo, a autocensura e o jogo de interesses dos proprietários dos veículos de comunicação também sempre decidiram o que deveria ou não ser publicado.

Ao comentar sobre os proprietários dos jornais, Gondin da Fonseca os chama de "verdadeiros régulos", que não permitiam que nada fosse publicado sem sua autorização e consentimento, mas que , por outro lado, ficavam "exigindo, todavia, do governo, em nome do povo, uma amplíssima, totalíssima, incontroladíssima liberdade de imprensa." (FONSECA, 1941, p.230) Da mesma forma Flora Sussekind nos apresentou "um Coelho Neto indignado com a padronização e as novas formas de controle do que se publica, 'que não tem o visto do inquisitor, mas tem o visto do redator-chefe" (SÜSSEKIND, 1987,

p.76). Eram as condições de trabalho que os jornalistas dispunham e que moldaram o fazer jornalístico desde sempre, num eterno jogo de poder e disputa entre o interesse do público e os mandos e desmandos de governantes, poderosos e proprietários.

Conhecer a história desse jogo torna-se imperativo na busca por uma maior excelência no fazer jornalístico e na mesma constituição do Brasil como uma nação. Afinal, como Rui Barbosa já ensinou há mais de um século, "um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país, que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições". (BARBOSA apud MELO, 2003, pp.63-64). Pesquisar como se davam as relações de poder e censura dentro dos meios imrpessos, em seus primeiros cem anos, ajuda e entender como a própria imprensa se constituía, ao passo que nos permite compreender desde outro prisma a história do Brasil. É também, de inquestionável importância para os estudos de jornalismo, área nova, mas em crescente consolidação:

> A introdução dos estudos sobre a imprensa no país é relativamente nova, se for considerado o fato de que o primeiro artigo sobre o tema foi publicado somente em 1873, mais de meio século após o surgimento dessa atividade no Brasil. Mais tardiamente ainda, foram as publicações e primeiros estudos, não só sobre a imprensa, mas s obre a comunicação como um todo, em caráter acadêmico.(...) A consolidação dos estudos e das pesquisas sobre a área viria somente na segunda metade do século XX, com a criação e a consolidação das instituições acadêmicas dedicadas exclusivamente à comunicação. A partir da busca, não só da especialização, como também, da profissionalização em comunicação, possibilitou-se, às áreas que a compõem, um desenvolvimento científico e técnico que se refletiu diretamente na consolidação dos estudos acadêmicos e dos periódicos sobre comunicação. (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p.81).

Com papel indiscutível nos estudos históricos, a imprensa deve ter seu lugar destaque para o entendimento do jornalismo como área de estudo, como profissão e como função social essencial na constituição de um país. Afinal, como já escreveu em 1889 o francês Max Leclerc (1942, pp161-162), ao relatar sobre os jornais brasileiros, "a imprensa de um país, o papel que ela desempenha, a influência que ela exerce e os meios que emprega são elementos para julgar uma nação". As pesquisas que debatem o papel do jornalismo ao longo dos anos nos encaminham para uma compreensão do tempo vivido, já que "não é

exagero dizer que grande parte do que chamamos de realidade nos chega pelos meios de comunicação". (CHRISTOFOLETTI, 2008,p.10). Aprofundar as pesquisas sobre a história da imprensa, assim, para além de fortalecer este importante campo nos estudos de jornalismo, nos faz disseminar o conhecimento e o entendimento da própria história deste país.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Mauad Editora Ltda, 2007.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Por uma história do jornalismo no Brasil.** Trabalho apresentado no NP de Jornalismo da INTERCOM, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **D.Pedro II.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2008.

DIMAS, Antônio. **Bilac, o Jornalista.** V.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; Editora da Unicamp, 2006.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do Jornalismo Carioca 1808-1908**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

GUIMARÂES, Manoel Luiz Salgado. A invenção do passado. **Revista Nossa História**. Ano 3, nº26, dezembro de 2005.

HOHLFELDT, A. C.; VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e história do Jornalismo Brasileiro na "Revista da Comunicação"**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular, Ed.da UFSC, 2001.

LECLERC, Max. **Cartas do Brasil.** Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: sulina, 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

PULITZER, Joseph. **A escola de jornalismo na Universidade de Columbia** - o poder da opinião pública. Trad. Eduardo e Jorge Meditsch. Florianópolis: Insular, 2009.

SCHERER, Marta Eymael Garcia. **Bilac sem poesia:** crônicas de um jornalista da Belle Époque. 2008. 259 f. Dissertação (Mestrado em Literatura). Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SODRE**,** Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

STRELOW, Aline. **Análise Global de Processos Jornalísticos: uma proposta metodológica.** Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras** – Literatura, Técnica e Modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VIANNA, Hélio. **Dom Pedro I, Jornalista.** São Pauo: Edições Melhoramentos, 1967.